

SOCIEDADE E POLÍTICA

AS MIGRAÇÕES COMO FORMA DE COMBATE À POBREZA

CÁTIA BATISTA

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
NOVA SCHOOL OF BUSINESS AND ECONOMICS
NOVAFRICA

FALTAM PESSOAS E FALTA CRESCIMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL

Faltam pessoas para trabalhar em Portugal. Faltam pessoas qualificadas para liderar projetos em áreas de futuro com elevada produtividade e potencial de crescimento com escala. Faltam também pessoas para fazer trabalhos menos qualificados – como cuidados de apoio a idosos, trabalhos na agricultura ou na construção civil.

Na sociedade portuguesa, uma sociedade em claro envelhecimento, como é evidenciado no mais recente censo de 2021, esta necessidade de trabalhadores tende a aumentar. Uma grande parte das pessoas que nascem em Portugal e que poderiam contribuir para sectores onde falta mão-de-obra decidem deixar o país. Muitos dos que ficam sentem que não têm condições para ter filhos – ou pelo menos tantos quanto desejariam.

Neste contexto, não deixa de criar estranheza o desconforto crescente com que Portugal recebe os imigrantes que escolhem o nosso país para viver e trabalhar. Durante muitas décadas (ou séculos?), Portugal foi um país pobre e periférico de onde saíram muitos emigrantes e para onde não imigrava praticamente ninguém. O país construiu, neste contexto, uma reputação de bem receber estrangeiros, em que muito do sector do turismo ainda hoje se alavanca. Mas cada vez é menos assim. Os imigrantes qualificados, muitos deles europeus ou provenientes da América do Norte, queixam-se de ouvir continuamente dizer que são os culpados pelo aumento dos preços das casas e que não são assim tão bem-vindos. Pior ainda é o tratamento que recebem os imigrantes menos qualificados, tipicamente oriundos de países mais pobres em África ou na Ásia, que se endividam para conseguirem vir trabalhar em Portugal e, assim, poderem ajudar a alimentar e a educar a família que deixam para trás.

Mas será que estes imigrantes, mais e menos qualificados, vêm realmente roubar empregos e baixar os salários reais dos portugueses?

Estes medos existem há muito tempo, o que fez com que, desde há dezenas de anos, fossem feitos vários estudos sobre o impacto da imigração na economia. Estudou-se o efeito da imigração no mercado de trabalho e na produtividade das pessoas que já viviam nos países de acolhimento, por ser a primeira preocupação, mais audível politicamente, mas têm-se estudado também outras consequências, como o impacto dos imigrantes na criminalidade ou no preço das habitações. Muitos dos estudos iniciais olharam para o caso da imigração mexicana para os Estados Unidos, onde havia muitas vozes políticas contra a imigração e fluxos muitos significativos de imigração, que, entretanto, foram substituídos por imigração proveniente de outras regiões da América Central. Mais recentemente, estes estudos foram

alargados a outros contextos, incluindo a Europa e outros países da OCDE.¹ Ora, os resultados não são aqueles que muitas pessoas receavam: os imigrantes aumentam – em vez de diminuir – os salários médios e o número de empregos disponíveis para as pessoas que nascem no país de acolhimento. A exceção são os imigrantes que já se encontravam a trabalhar no país de acolhimento quando chegam os novos imigrantes: os empregadores tendem a achar os “novos” e “velhos” imigrantes como comparáveis, contratando os que trabalharemos por um valor mais baixo. Por isso, neste caso, vemos alguns efeitos moderadamente negativos nos salários. Um sintoma político deste efeito é o facto de muitos dos opositores mais vocais à imigração, por exemplo nos EUA, serem eles próprios de origem imigrante.

Os efeitos positivos da imigração acontecem quando imigrantes altamente qualificados criam sinergias com outros trabalhadores igualmente qualificados, aumentando a diversidade, a inovação e, assim, também a produtividade. Grande parte da inovação que cria empregos e dinamismo na economia mundial é feita por imigrantes e equipas internacionais. Os efeitos positivos acontecem também quando imigrantes qualificados gerem equipas de trabalhadores nacionais menos qualificados, mas que beneficiam, assim, de uma liderança bem preparada e com capacidade de gestão e organização do trabalho – devemos recordar que 80% dos gestores de PME em Portugal não têm curso superior.

Os efeitos positivos da imigração acontecem adicionalmente quando os imigrantes são menos qualificados. Estes imigrantes fazem muitas vezes trabalhos por salários mais baixos do que os que seriam aceites por outros trabalhadores nascidos em Portugal, como, por exemplo, trabalhos domésticos ou agrícolas. Esta disponibilidade aumenta o dinamismo da economia através de dois mecanismos principais. Primeiro, ao realizarem estes trabalhos na agricultura, asseguram a sua rentabilidade, que não existiria com mão de obra mais cara. A manutenção desta atividade económica cria dinamismo na economia e acaba por aumentar os empregos e os salários médios em geral. Segundo, a realização destes trabalhos menos qualificados, especialmente de cuidado e de apoio a idosos e crianças ou trabalhos domésticos, liberta especialmente as mulheres nascidas em Portugal para se dedicarem a outras tarefas com maior produtividade e, conseqüentemente, com impacto positivo no crescimento económico e na criação de empregos no país.

Através de todas estas formas, a imigração para Portugal aumenta a produtividade dos trabalhadores portugueses, contribuindo para o aumento dos salários médios e a criação de mais empregos no país.

Dados os benefícios económicos da imigração para o país de acolhimento, há que olhar para as pessoas que escolhem viver no nosso país. Acima dos ganhos económicos, há que garantir a dignidade e a integração plena dos imigrantes na sociedade que os recebe. E não faltam desafios a este nível: o medo de contactar com o outro que é diferente, o isolamento em guetos sem oportunidade, a não garantia de condições condignas a quem é visto como não sendo igual. Todos estes fatores são ameaças a um acolhimento que garanta o bem-estar dos imigrantes no país de acolhimento e assim, também, a sua pertença à comunidade que é a garantia de que, no longo prazo, a economia e a sociedade portuguesas saiam mais fortes com esta imigração.

¹ Um bom sumário destes resultados é dado por Frédéric Docquier, Ozden Caglar Ozden, Peri Giovanni, “The labor market impact of immigration and emigration in OECD countries”, em *Economic Journal*, 124-579 (2014): 1106-1145.

Para acolher bem os imigrantes que recebemos, importa conhecê-los, saber de onde vêm, quais as experiências que lhes moldam a vontade de trabalhar no nosso país, quem são as famílias que deixam para trás e que querem apoiar, ainda que à distância.

QUEM SÃO OS IMIGRANTES AFRICANOS QUE CHEGAM À EUROPA? UMA HISTÓRIA EXEMPLAR

O continente africano continua em explosão demográfica, em contraste com as regiões mais ricas do mundo, onde a tendência continua a ser de envelhecimento e de quebra na natalidade. No continente africano, em especial na África subsaariana, vivem hoje mais pessoas (1.4 mil milhões) do que na Europa e na América do Norte em conjunto. O continente africano tem hoje a maior taxa de crescimento populacional do mundo, ainda que seja expectável que venha a diminuir à medida que diminuam os níveis de pobreza, como tem acontecido ao longo da história em todo o mundo.

Neste contexto em que observamos pirâmides demográficas invertidas nos continentes africano e europeu, a migração de África para a Europa é a resposta à falta de trabalhadores na Europa e às aspirações de muitos jovens africanos num continente cujo desenvolvimento económico não cria empregos em número e com a qualidade suficiente para todos. Esta situação tende a agravar-se num contexto económico em que não só faltam empregos, especialmente após a pandemia COVID-19, mas também se acumulam más colheitas agrícolas, crescentemente afetadas por fenómenos relacionados com o aquecimento global. Tal como aconteceu em Portugal nas décadas de 1950 e 1960, também nestes países a hipótese de trabalhar para construir uma vida melhor está além-fronteiras.

A grande dificuldade para estes jovens que querem vir trabalhar para a Europa, principalmente para aqueles que têm menos qualificações formais, é a de obter um visto que lhes permita entrar legalmente no país de destino e, assim, obter emprego. Por esta razão, temos vindo a observar fluxos muito significativos de imigração irregular para a Europa, especialmente na última década. Note-se que estes migrantes irregulares não incluem as centenas de milhar de pessoas em fuga da Síria, especialmente em 2015 – estas pessoas obtiveram o estatuto de refugiados quando chegaram à Europa. Os imigrantes que constituem a maior parte das chegadas irregulares à Europa são migrantes económicos, à procura de melhores condições de vida. Estes migrantes económicos em situação irregular são maioritariamente provenientes da África subsaariana.

A principal rota de imigração irregular da África subsaariana para a Europa nos últimos anos tem sido a chamada rota do Mediterrâneo central. A maior parte destas pessoas partem da África Ocidental, atravessam o deserto do Saara até chegar à Líbia, de onde atravessam para Itália. Esta travessia é extraordinariamente arriscada. Os *media* focam-se principalmente nos riscos da travessia do Mediterrâneo, onde as mortes dos migrantes afogados são mais visíveis, mas este risco é bem menor do que aquele de morrer ao atravessar o deserto do Saara em camionetas de caixa aberta ou de morrer em situações de trabalho forçado na Líbia. Os números mais fidedignos disponíveis estimam que uma em cada três pessoas que iniciam esta viagem desde a África Ocidental até Itália, através da Líbia, morram no seu decurso. Estudos recentes mostram que jovens residentes em zonas rurais da Gâmbia, o país da África Ocidental com maior taxa de migrações regulares nesta região, tinham a expectativa de que o risco fosse ainda maior: estes potenciais migrantes irregulares acreditam que uma em cada duas pessoas que seguem este caminho de migração irregular morrem durante esta viagem – e, ainda assim, 46% deles expressavam a intenção de emigrar de forma irregular para a

Europa.² Esta alta prevalência de intenções de migração irregular para a Europa, em paralelo com o conhecimento do quão arriscada é esta viagem, mostra bem o desespero e a falta de alternativas que enfrentam estas pessoas e as suas famílias para sobreviverem no seu país de origem.

O QUE DEVE FAZER A EUROPA? UMA AVALIAÇÃO EXPERIMENTAL DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

Neste contexto em que tantos jovens africanos se dispõem a arriscar conscientemente as suas vidas para vir trabalhar no continente europeu, como deve a Europa proceder? Antes de qualquer outra consideração, a dignidade da vida humana exige que se evitem estas mortes desnecessárias. Para além desta razão fundamental, motivos de racionalidade económica somam argumentos a favor de políticas que evitem este tipo de migração tão arriscada. Estes migrantes são os mais bem preparados, os mais empreendedores e os mais capazes de garantir o financiamento para pagar aos traficantes que fazem negócio com a sua vida. São aqueles que mais benefícios poderiam trazer para o país de acolhimento e também para a sua família e para o seu próprio país de origem.

Uma questão metodológica importante é saber como bem avaliar o impacto de políticas migratórias. Como no caso de outras políticas públicas, não basta olhar para o que aconteceu antes e depois de uma política ser implementada. Há muitos outros fatores que se podem alterar em simultâneo com a implementação dessa política e ser a verdadeira causa dos efeitos temporais observados. Para garantir a identificação rigorosa de efeitos causais de políticas, uma avaliação experimental aleatória é o melhor método possível. Este é o mesmo método que se utiliza para avaliar a eficácia de novos medicamentos ou vacinas: um grupo de potenciais beneficiários recebe o tratamento (no nosso caso, será sujeito à nova política migratória) e um outro grupo recebe um placebo (o *status quo*, no nosso caso). Crucialmente importante é o facto de os grupos de tratamento e controlo serem selecionados aleatoriamente – de modo a evitar que grupos ou pessoas com características diferentes à partida se auto-selecionem. Se assim fosse, os efeitos observados poderiam ser devidos a diferenças nas características de base nos dois grupos. Por exemplo, na testagem de um novo medicamento, se este fosse dado às pessoas mais criticamente doentes, poder-se-ia concluir pela sua ineficácia porque as pessoas tratadas apresentariam uma mortalidade maior. Esta seria, no entanto, devida à situação inicial mais grave dos doentes tratados e não devido à ineficácia do medicamento.

Num estudo recente, Bah e co-autores avaliaram de modo experimental a eficácia de três políticas alternativas com o objetivo comum de desencorajarem a emigração irregular de África para a Europa.³ Este estudo experimental trabalhou com cerca de 4000 homens entre os 18 e os 30 anos, residentes em zonas rurais da Gâmbia, que estão entre as zonas da África Ocidental com maior incidência de migrações irregulares para a Europa.

² Para detalhes adicionais, ler o estudo Tijan Bah, Cátia Batista, “Why Do People Migrate Irregularly? Evidence from a Lab-in-the-Field Experiment in West Africa”, NOVAFRICA Working Paper 1803 (2020), disponível em <https://novafrica.org/research/understanding-willingness-to-migrate-illegally-evidence-from-a-lab-in-the-field-experiment/>

³ Para mais informação, ler o estudo Tijan Bah, Cátia Batista, Flore Gubert e David McKenzie, “Can Information and Alternatives to Irregular Migration Reduce “Backway” Migration from The Gambia?”, World Bank Policy Research Working Paper 10146 (2020), disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/37911>

Para efeitos de avaliação experimental, as quatrocentas aldeias onde os jovens na amostra residiam foram aleatoriamente distribuídas por quatro grupos diferentes, em que cada grupo foi sujeito a uma política diferente, cuja eficácia foi medida de forma comparada ao longo de 18 meses. Para este propósito, fez-se um inquérito inicial antes de qualquer intervenção, que foi seguido pelas intervenções políticas avaliadas e, 18 meses mais tarde, por um inquérito final que mediu as variáveis de interesse – nomeadamente, as intenções, preparativos e migrações para a Europa, mas também para o país vizinho, Senegal, e para zonas urbanas dentro do próprio país. Estes inquéritos mediram também muitas outras variáveis demográficas, económicas e sociais que ajudam a perceber o contexto em que as decisões de migração são tomadas. Particularmente relevante é o prestígio social muito elevado que é atribuído aos migrantes que conseguem chegar à Europa, em contraste com o estigma social que sofre quem é classificado como um migrante “falhado” por não ter conseguido chegar ao destino pretendido. Um migrante no Senegal, em comparação, tem um prestígio social relativamente moderado, mas muito acima do estigma daqueles que tentam mas não conseguem chegar à Europa – o que ajuda a explicar a razão porque a maior parte dos migrantes que não conseguem chegar à Europa ficam na Líbia, mesmo que em condições muito difíceis, e não voltam a entrar em contacto com as suas famílias que os julgam mortos – o que provavelmente ajuda a explicar a razão para a sobrestimação das taxas de mortalidade da migração irregular para a Europa pelos residentes em zonas rurais da Gâmbia.

Em primeiro lugar, foi avaliada a política que mais financiamento tem recebido por parte da União Europeia: uma campanha de informação sobre os riscos e a vulnerabilidade das migrações irregulares da África Ocidental para a Europa. Esta campanha incluiu informação recolhida de forma alargada de modo a incluir não apenas o risco de mortalidade (que, de acordo com Bah e Batista, já era conhecido e até sobrestimado nesta população), mas também todas as dificuldades da viagem, bem como a vulnerabilidade da situação dos poucos que conseguem chegar à Europa e trabalhar – por exemplo, na agricultura – em situação ilegal. Esta informação foi transmitida através de vídeo-testemunhos de pessoas provenientes dos mesmos grupos étnicos nas línguas locais originais de modo a garantir credibilidade e confiança nas mensagens transmitidas. As estatísticas foram também comunicadas através de documentários de animação, de modo a facilitar a sua compreensão nesta população que, em média, não tem a escolaridade primária completa. Esta campanha de informação tem como objetivo suprir eventuais lacunas de informação relacionadas com os custos e benefícios de migrar de forma irregular para a Europa.

Uma segunda política avaliada foi a oferta sem custos de um curso de formação profissional, para além de toda a informação sobre os riscos da migração irregular para a Europa. Os jovens que faziam parte deste grupo experimental puderam escolher entre oito cursos diferentes, que incluíam a reparação de telemóveis e pequenos eletrodomésticos, instalações elétricas, canalização e outras aptidões ligadas à construção civil. O objetivo desta política, para além da componente de informação, é dar uma alternativa aos jovens que vêm a migração para a Europa como a única possibilidade para deixarem de trabalhar na mesma agricultura de subsistência a que já os seus antepassados se dedicavam. Para além disso, a sua capacitação com uma formação profissional certificada poderia facilitar a obtenção de empregos, tanto em zonas urbanas do país, como em países vizinhos, ou até na Europa. De notar que foi necessário dar uma bolsa a estes alunos para poderem pagar as suas despesas de subsistência pois, dado o nível de pobreza em que viviam, estes jovens não tinham condições de garantir a sua subsistência durante o programa de formação que durava 6 meses.

Por fim, foi testada uma política que facilitava a migração regional para a capital do país vizinho – Dacar, no Senegal – para além de se dar a mesma informação sobre os riscos da migração irregular para a Europa que nos grupos anteriores. Para este efeito, foi dado a cada jovem um valor equivalente ao custo do transporte para Dacar, onde uma associação e migrantes gambianos os apoiaria na sua instalação e procura de emprego, para além de ser dado um valor adicional correspondente à subsistência nos primeiros dias de estadia e ao transporte de regresso à zona de origem. Esta política replica no contexto da África Ocidental uma política que foi implementada no Bangladesh onde famílias rurais passavam fome enquanto esperavam pela época das colheitas agrícolas – apesar de se encontrarem à distância de um autocarro com custo de 7 dólares da cidade mais próxima, onde poderiam encontrar um trabalho sazonal que lhes pagaria o suficiente para melhorar a vida durante este período.⁴ O objetivo desta política é permitir a pessoas que vivem em níveis substanciais de pobreza a liquidez financeira para poderem experimentar migrações em contextos pouco conhecidos que implicam incerteza. É um facto documentado que as populações mais pobres tomam as suas decisões de migração não com base na maximização de rendimentos líquidos de custos, como proposto pelos modelos de migração neoclássicos originais, mas por considerações de minimização de custos, particularmente em situações de benefício incerto.⁵

OS RESULTADOS EXPERIMENTAIS: MEDIÇÃO DA EFICÁCIA DAS POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO

A avaliação do impacto das políticas examinadas por Bah *et al.* foi feita contrastando econometricamente o comportamento dos indivíduos em cada grupo de tratamento (i.e., aqueles que beneficiaram de uma das três políticas descritas acima) com o comportamento dos indivíduos num grupo de controlo (para comparação) que não teve acesso a nenhuma delas. Desta análise estatística, resultou que as políticas que davam alternativas aos migrantes para além de se manterem na sua aldeia de origem ou migrarem irregularmente para a Europa, tiveram muito mais efeito na diminuição das intenções de migração para a Europa. Em especial, o simples facto de lhes terem sido mostradas as diferentes ocupações em que era ministrada a formação profissional foi suficiente para os jovens neste grupo diminuírem os preparativos para a migração irregular para a Europa. Estas duas políticas induziram também uma percentagem significativa dos jovens a emigrar para o Senegal (passaram de 1.6% para cerca de 4% da amostra) – muito à custa de uma diminuição da migração interna para as zonas urbanas do seu país. A campanha de informação sozinha, no entanto, não produziu impactos significativos nas migrações regionais ou para a Europa dos jovens que a receberam – um resultado consistente com o facto de estes jovens já terem disponível muita da informação que lhes foi transmitida através desta campanha, que é outro dos resultados desta análise. Há que ressaltar que nenhuma das políticas testadas alterou significativamente a emigração irregular para a Europa – um resultado derivado do facto de a análise ter decorrido quando as migrações irregulares para a Europa a partir desta região desaceleraram significativamente, durante o período da pandemia.

⁴ Para detalhes adicionais, ler Ghard Bryan, Shyamal Chowdhury, e Ahmed Mushfiq Mobarak, “Underinvestment in a Profitable Technology: The Case of Seasonal Migration in Bangladesh”, em *Econometrica*, 82 (2014): 1671-1748.

⁵ Ler, a este respeito, Cátia Batista, David McKenzie, “Testing Classic Theories of Migration in the Lab”, World Bank Policy Research Working Paper No. 9751 (2021), disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/36174>

Estes resultados apontam no sentido de ser necessário implementar políticas que dêem alternativas à migração irregular para a Europa, para além de informação sobre os seus riscos e benefícios, aos jovens africanos da África Ocidental que, vivendo em condições de subsistência muito precárias, consideram vir para a Europa mesmo pondo conscientemente em risco as suas próprias vidas.

Este é o primeiro estudo que avaliou o impacto de diferentes políticas de desencorajamento deste tipo de migrações muito arriscadas. Naturalmente, deverão ser efetuados estudos adicionais de modo a determinar os detalhes das políticas mais adequadas a cada contexto no momento em que são implementadas. Em qualquer caso, deste estudo sai a clara mensagem de que não basta dizer que a migração irregular é perigosa: as pessoas que consideram esta opção precisam de alternativas e melhores aspirações nas suas vidas para poder fazer diferente.

Uma nota final para uma política de migração que não é avaliada neste estudo, mas que pode ter um papel fundamental na criação de alternativas e aspirações de potenciais migrantes irregulares. Em linha com os resultados deste estudo, é expectável que políticas que facilitem ofertas de trabalho e correspondentes vistos legais de trabalho na Europa reduzam em muito as migrações irregulares. Neste momento, é praticamente impossível uma pessoa com poucas qualificações na África ocidental aspirar a poder ter um emprego e direito a trabalhar na Europa. Se esta possibilidade existir, ainda que não seja fácil de obter e dependa das necessidades do mercado de trabalho europeu, poderão ser salvas muitas vidas.

MIGRAÇÕES COMO COMBATE À POBREZA, EM PORTUGAL E NO MUNDO

O impacto das migrações, tanto nos países de acolhimento, como nos países de origem, depende crucialmente de os migrantes que a Europa recebe serem os “melhores” de África. Tipicamente estes migrantes são aqueles que receberam mais qualificações formais e que são mais empreendedores e capazes de tomar riscos. No fundo, são aqueles que terão capacidade de contribuir o mais ativamente possível para o crescimento económico dos países onde residirem.

Neste contexto, são necessárias formas legais de trazer estas pessoas para a Europa e de as integrar condignamente no mercado de trabalho e na sociedade em geral. Deste modo, estes imigrantes poderão ser o mais produtivos possível e beneficiar ao máximo da sua estadia migratória. Ganham assim, antes de mais, os próprios migrantes, mas também o crescimento económico e o equilíbrio demográfico da Europa, ao mesmo tempo que contribuem para o crescimento económico de África através das remessas financeiras e imateriais que enviam para os seus países de origem.

Este efeito benéfico para os países de origem dos migrantes mais qualificados é porventura menos óbvio, à luz do já longo debate sobre os efeitos da chamada “fuga de cérebros”. Esta discussão coloca-se para os países mais pobres em África, mas também para países mais ricos, como Portugal. O que os estudos empíricos têm demonstrado é que o facto de haver emigrantes qualificados cria vários canais que beneficiam a economia e a qualidade das instituições políticas nos países de origem. Na área da educação, a emigração de *alguns* dos mais qualificados cria incentivos para o investimento de *todos* em qualificações formais, pois estas (sejam elas capacidades matemáticas ou de comunicação, por exemplo) são particularmente valorizadas fora do país de origem e fazem com que os emigrantes tenham muito mais sucesso quando vão para fora. Se um número suficiente de pessoas que obtêm estas qualificações adicionais não emigrarem, o país acaba por ganhar mais qualificações

médias na sua força de trabalho, relativamente a uma situação em que não houvesse emigração.⁶ Acresce que a emigração também contribui para a transmissão de normas e capacidades que melhoram o empreendedorismo e a exigência a nível da transparência e qualidade das instituições políticas – tanto através dos próprios emigrantes que regressam ao seu país de origem, como através daqueles que se mantêm na diáspora. Estes migrantes contribuem para melhorar o seu país de origem através dos contactos, novas ideias e valores como a iniciativa e organização empresarial ou a exigência democrática (as chamadas *remessas imateriais*) e remessas financeiras enviadas a familiares e amigos, mas também através de investimentos e relações comerciais e de negócios entre países.⁷ Todos estes efeitos são forças poderosas para melhorar o desenvolvimento económico nos países de origem dos migrantes. Também desta forma as migrações combatem a pobreza.

De toda a investigação económica recente sobre o fenómeno das migrações internacionais resulta, portanto, que as migrações promovem crescimento económico – e assim combate à pobreza – nos países de acolhimento e de origem. Assim as saibamos aproveitar.

⁶ Ver, por exemplo, Cátia Batista, Aitor Lacuesta, Pedro C. Vicente, "Testing the 'brain gain' hypothesis: Micro evidence from Cape Verde", em *Journal of Development Economics*, 97-1 (2012): 32-45. Ou Frédéric Docquier, Hillel Rapoport, "Globalization, Brain Drain, and Development", em *Journal of Economic Literature*, 50-3 (2012): 681-730.

⁷ Esta é uma área de investigação ativa. Algumas das referências mais relevantes são:

Antonio Spilimbergo, "Democracy and foreign education", em *American Economic Review*, 99-1 (2009): 528-43. Cátia Batist, Pedro C. Vicente, "Do Migrants Improve Governance at Home? Evidence from a Voting Experiment", em *World Bank Economic Review*, 25-1 (2011): 77-104. Cátia Batista, Tara McIndoe-Calder, Pedro C. Vicente, "Return Migration, Self-selection and Entrepreneurship in Mozambique", em *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, vol. 79-5 (2017), 797-821. Cátia Batista, Julia Seither, Pedro C. Vicente, "Do migrant social networks shape political attitudes and behavior at home?", em *World Development*, vol. 117-C (2019), 328-343.